

Kandir prevê acordo com bancos

Secretário diz que credores não rejeitaram os pontos fundamentais da proposta brasileira

JOCIMAR NASTARI

BRASILIA — Os bancos credores internacionais não rejeitaram o principal ponto da proposta de refinanciamento da dívida externa apresentada pelo Brasil — a necessidade da estabilidade econômica do País pela capacidade de pagamento vinculada aos superávits fiscais —, na opinião do secretário especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir. Por isso, ele prevê um acordo entre o governo e o comitê interino dos bancos.

A crítica dos banqueiros, afirma Kandir, se dirige a “aspectos adjetivos” do plano brasileiro de renegociação, como a capitalização dos juros vencidos e a vencer e o não-pagamento do serviço da dívida, atrasado desde junho de 1989 (mais de US\$ 8 bilhões). “Mas a capacidade de pagamento, uma questão substantiva e base de nossa proposta, não foi rejeitada em nenhum momento”, observa Kandir, ao se referir ao comunicado dos bancos credores entregue à missão brasileira que, há dez dias, apresentou a proposta de reescalonamento.

A íntegra do comunicado dos bancos foi publicada na quarta-feira pelo *Estado*. No documento, os credores repudiam vários pontos do plano de renegociação apresentado pelo Brasil. O vazamento do docu-

mento causou irritação na equipe de negociações brasileira. A atitude representou o rompimento de um acordo celebrado com o comitê interino, pelo qual nenhuma das partes divulgaria detalhes da proposta ou documentos sobre ela, por intermédio da imprensa.

Kandir diz que não esperava o rompimento do acordo. Afirma, contudo, que as negociações não serão prejudicadas por causa disso. Para o secretário, o vazamento de informações e as contínuas declarações de banqueiros contra o plano de refinanciamento — sem se identificar — fazem parte do “jogo de cena” da negociação.

OUSADIA

O secretário não quer fazer uma previsão de quando as negociações terão início efetivamente, já que há dez dias a missão brasileira apresentou, em Nova York, apenas as linhas gerais do plano de refinanciamento. Detalhes da proposta e do esforço de estabilização da economia promovido pelo governo Collor serão levantados a partir de amanhã, pela subcomissão econômica do comitê de bancos. O grupo de sete técnicos deverá permanecer uma semana em Brasília e será chefiado pelo economista Lawrence Brainard, do Bankers Trust.

O Brasil apresentou um proposta ousada e Kandir admite que esse fato é um dado que deve complicar as negociações. Observa que o conceito de limitar as remessas aos bancos credores (relativas a uma dívida de US\$ 51 bilhões do



Vidal Cavalcante/AE — 27/7/90

Kandir: “Críticas adjetivas”

setor público) ao tamanho do superávit fiscal do governo (receitas menos despesas) já era um item do programa da campanha eleitoral do presidente Collor.

Segundo Kandir, os bancos credores, não esperavam que o Brasil tivesse “coerência e coragem” de seguir os princípios anunciados há quase um ano. Informou que até integrantes da própria missão brasileira, veteranos em negociação da dívida, pertencentes ao Banco Central, não esperavam esta atitude. “Alguns técnicos da missão vieram me cumprimentar e dizer que estavam orgulhosos de defender uma proposta coerente e absolutamente ligada à realidade”, revelou o secretário, sobre a reação de funcionários do BC ao término de sua explanação de mais de três horas, aos representantes dos bancos, em Nova York, sobre o ajuste que o governo

Collor está realizando na economia.

Kandir diz, ainda, que os representantes dos bancos estavam esperando uma proposta clássica, como as apresentadas pelo Brasil nos últimos anos. Por esse modelo, a missão técnica pediria uma redução da dívida (principal e juros) e concordaria em retomar imediatamente o pagamento de altas cifras. “Aí assinávamos um acordo e ambas as partes se levantariam da mesa sabendo que dentro de pouco tempo o Brasil suspenderia os pagamentos por incapacidade financeira”, comenta.

PERDAS

A atual negociação da dívida com os bancos internacionais envolve mais do que nunca, segundo Kandir, a participação dos contribuintes do Brasil e dos Estados Unidos, país que concentra o maior número de bancos credores do País e que também estão com maiores dificuldades. O governo brasileiro, afirma, não tem mais espaço para promover um ajuste fiscal (corte de despesas e, especialmente, aumento de impostos).

Já o governo americano terá dificuldades, admite o secretário, para exigir que os bancos credores aumentem suas provisões para compensar a inadimplência brasileira. Isso reduziria o lucro e, conseqüentemente, o Imposto de Renda dos bancos. Para Kandir, a renegociação será uma disputa para ver quem perderá menos. “Se o contribuinte de Indiana ou do Recife”, concluiu.